



Negociação com os bancos recomeça hoje. Dela depende um bom acordo com o Fundo.

Dívida ext.

O Brasil reinicia hoje em Nova York, com o comitê de Bancos credores, as negociações a fim de prorrogar para 31 de agosto o prazo — que expira no final deste mês — para recomeçar o pagamento do principal de sua dívida externa. A estratégia dos negociadores do Banco Central e do Ministério da Fazenda consiste em ganhar um pouco mais de tempo, a fim de alinhavar um acordo plurianual em condições mais folgadas de pagamento, em termos de prazo e também da taxa de juros.

As linhas básicas do acordo plurianual tinham sido firmadas em janeiro pelo ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, mas o advento do governo da Nova República impediu a concretização das negociações anteriores com os Bancos credores. Pastore tinha conseguido dois pontos importantes para o pagamento da dívida externa: o primeiro era o prazo de 16 anos para quitar a dívida a vencer nos próximos cinco anos; o segundo era um prazo de carência relativo de cinco anos, durante o qual apenas pequenas amortizações seriam pagas.

Agora, os negociadores do Banco Central e do Ministério da Fazenda tentarão consolidar aquelas condições, ampliando-as para obter maior folga na administração do pagamento da dívida externa do País. Assim, o que agora se pretende é que não haja nenhuma amortização no prazo de carência de sete anos, e a taxa média de juros seja de 1 e 1/8% acima da Libor (taxa interbancária do mercado londrino) para os empréstimos do setor estatal e de 1 e 1/4% acima da Libor para os empréstimos do setor privado.

Surpresa

Na medida em que obtenha maior prazo dos bancos credores para voltar a pagar o principal da dívida, o Brasil terá condições de negociar uma nova carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estruturada com base em projeções realistas do desempenho futuro da economia brasileira, e não em números absolutamente irreais, como aconteceu em relação às cartas anteriores. Acerca com o FMI essa nova carta, o passo seguinte será obter o sinal verde desse órgão para receber novos empréstimos, o que abrirá também os cofres de instituições multilaterais de crédito. As autoridades monetárias esperam conseguir cerca de US\$ 2,5 bilhões em recursos novos, não só do FMI, como do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Eximbank e outras instituições não-bancárias, como parte da estratégia

de contar com dinheiro novo em 1985 para acertar as contas do balanço de pagamentos, que, em caso contrário, ficaria deficitário e exigiria, por parte do Brasil, a utilização total de suas reservas cambiais.

Toda aquela estratégia, que começa hoje a ser posta em prática junto ao comitê de bancos credores pelo presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lembruber, poderá ser afetada pela divulgação antecipada da necessidade de o País obter US\$ 4 bilhões em dinheiro novo este ano, bem como capitalizar os juros da dívida externa.

A revelação daquele dado ocorreu no bojo da divulgação das notas que servirão de base para elaboração do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, dadas a público pelo ministro do Planejamento, João Sayad, cumprindo determinação do presidente José Sarney. Na reunião mantida sexta-feira, no Rio, com empresários, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sayad também se declarou favorável à capitalização dos juros, uma forma de os juros serem incorporados à dívida, em vez de serem pagos em cada vencimento das parcelas devidas.

Dificuldades

Segundo fontes ligadas aos negociadores brasileiros, a divulgação antecipada da pretensão de o Brasil precisar de mais US\$ 4 bilhões poderá levar os banqueiros a endurecer suas posições, criando dificuldades para prorrogar o prazo de rolagem da dívida externa. Afinal, para um devedor necessitado de tanto dinheiro, solicitar maior prazo para a rolagem da dívida pode evidenciar posição de extrema fraqueza diante dos seus credores.

E uma das razões da preocupação dos negociadores brasileiros é que tanto o ingresso de recursos novos como a própria capitalização dos juros são itens que se incluem na estratégia de negociação. A diferença é que não deveriam ser discutidos agora, e somente depois de conseguida a prorrogação do prazo para a rolagem da dívida e sobretudo de acertada com o FMI a nova carta de intenções, que será o ponto de partida para se obter US\$ 2,5 bilhões de instituições não-bancárias.

Assim, os entendimentos que o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lembruber, inicia hoje em Nova York com o banqueiro William Rhodes, presidente do comitê dos bancos credores, poderão de certa forma ser dificultados pela antecipação pública de pretensões brasileiras destinadas a manter equilibradas, em 1985, as contas externas do País.

Nelson Lemos - AE - Rio

